

Capitalismo e as Transformações no Processo de Trabalho

Capitalism and the Changes in the Working Process

Caroline Goerck¹

Resumo

No capitalismo, os proprietários dos meios de produção exercem a hegemonia absoluta sobre as forças produtivas, apropriando-se com exclusividade dos excedentes gerados no processo de trabalho. Os capitalistas almejam intensificar a acumulação de capital, por meio da mais-valia absoluta e relativa, reduzindo os custos de produção e aumentando a sua produtividade. O processo de produção realizado pelo maquinário a vapor, durante a I Revolução Industrial, pelo petróleo e pela eletricidade, na II Revolução Industrial, e pelo desenvolvimento da automação, robótica e microeletrônica, elaborado por meio da III Revolução Industrial, foram submetendo os trabalhadores à máquina. Entretanto, faz-se necessário enfatizar que o desemprego é permanente no sistema capitalista, sendo que o investimento em mais-valia relativa, só o acentua. Este estudo está relacionado com uma revisão bibliográfica sobre o assunto apresentado e propõe-se também a desencadear alguns questionamentos junto a estudantes e/ou profissionais que trabalham com a questão social e suas manifestações, para serem objeto de prospecções sobre a realidade social e econômica. Nesse sentido, este artigo propõe-se a desencadear reflexões sobre as transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho, visando prospectar alternativas à conjuntura macro social e econômica vigente.

Palavras-chave: Capitalismo; Processos de Trabalho; Revoluções Industriais; Desigualdade Social

Abstract

The owners of means of production in the capitalist system exert an absolute hegemony over the productive forces, suiting themselves exclusively from the surplus generated through the work processes. The capitalists intend to intensify the cumulative capital by relative and absolute surplus value, reducing the production costs and increasing their productivity. Production achieved by steam engines, during the First Industrial Revolution, by petroleum and electricity, during the Second Industrial Revolution, and by the development of automation, robots and micro-electronics, originated during the Third Industrial Revolution, were substituting machine operators. However, it becomes necessary to emphasize that unemployment is permanent in the capitalist system, considering that the investment in relative surplus accentuates this unemployment. In this sense, the present article proposes to elicit some reflections with students and/or professionals who carry about social manifestation issues, aiming to prospect alternatives to the social macro and economical conjuncture being viewed.

Key words: Capitalism; Work Processes; Industrial Revolutions; Social inequality

1 Possui doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Contato: aoyerck@yahoo.com.br

Introdução

As questões referentes ao trabalho e seus processos produtivos, exercem influência fundamental na forma de organização da sociedade, com suas respectivas relações sociais e econômicas, políticas e culturais. Para a existência de alternativas e proposições em relação ao capitalismo, primeiramente se faz necessário, um conhecimento mais elaborado desse sistema.

Esse artigo tem como finalidade, introduzir e elucidar conceitos do modo de produção capitalista e sobre o processo de trabalho, por meio de uma retrospectiva histórica de forma que a questão social seja evidenciada. Primeiramente, serão apresentadas as primeiras formas de sistematização do trabalho coletivo e os procedimentos adotados pelo capital, para a obtenção da mais-valia. Num segundo momento, serão abordadas a II Revolução Industrial e as transformações que estão ocorrendo no final do século XX e limiar do século XXI, com suas respectivas implicações sociais e econômicas. Por fim, serão tecidas as considerações finais.

1. O Processo de Trabalho e o Sistema Capitalista

Antes de introduzir a I Revolução Industrial, faz-se necessário abordar um dos primeiros processos de trabalho existentes no sistema capitalista, como por exemplo, o trabalho manufaturado artesanal. Os processos de trabalho manufaturados artesanais foram caracterizados pela fragmentação das atividades produtivas, pelo acirramento da divisão do trabalho, pela redução dos custos de produção e pela culminação do trabalho assalariado. Essa dissociação entre o produtor e os meios de produção é nomeada de acumulação primitiva (MARX, 1988).

No trabalho manufatureiro artesanal, cada trabalhador se tornou especialista de uma determinada função, auxiliado pela ferramenta. Pelo intermédio do parcelamento das atividades laborais, realizadas na manufatura, ocorreu um processo de estranhamento, entre os trabalhadores e as mercadorias por eles produzidas (MARX, 1988). Esse processo de estranhamento é nomeado

de alienação. Na manufatura, entretanto, o trabalhador ainda possuía certa autonomia, em relação às atividades que estava desempenhando, pois a ferramenta era utilizada para auxiliá-lo na produção, e não substituí-lo. “Na manufatura, o trabalho é desenvolvido pelo esforço humano, as operações são manuais e dependem da habilidade, rapidez, segurança e destreza individual dos trabalhadores” (PIRES, 1998, p. 31). Assim, no trabalho desenvolvido pela manufatura, o capital ainda dependia da habilidade manual do operário.

Durante o século XVIII, na Inglaterra, emergiu um intenso processo de transformação nos processos produtivos, intitulado de 1ª Revolução Industrial. “A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos” (HOBBSAWM, 1983, p. 13). Nesse momento histórico, acentuou-se a divisão entre a classe trabalhadora e os proprietários dos meios de produção.

O período da 1ª Revolução Industrial corresponde ao momento de consolidação do capitalismo industrial, principalmente na Inglaterra. O trabalho manufatureiro fora substituído pela criação da máquina a vapor, pelo tear mecânico, pelas estradas de ferro e pelo surgimento das fábricas. “Ainda que a indústria seja a forma através da qual a sociedade apropria-se da natureza e transforma-a, a industrialização é um processo mais amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas” (SPOSITO, 2000, p. 43). A I Revolução Industrial foi mais do que uma simples causa dessas invenções, do tear mecânico, da estrada de ferro etc. Contrapondo-se a isso, essas inovações são consequências das mutações que estavam ocorrendo nos processos de produção industrial, desde o trabalho manufaturado, visando a realização do capital.

“A máquina, por meio de uma força externa, faz com suas próprias ferramentas, o que o homem fazia com suas ferramentas manuais” (PIRES, 1998, p. 31). Assim, a industrialização e as inovações de maquinarias, reduziram os custos de produção, aumentaram a produtividade e substituíram a mão-

de-obra, ocasionando um crescente desemprego e uma exacerbada exploração dos trabalhadores, entre eles, o trabalho feminino e o infantil.

Por intermédio da perspectiva social e econômica liberal, os processos de produção continuaram sendo modificados. A produção realizada pelo maquinário a vapor – na 1ª Revolução Industrial, e pelo petróleo e pela eletricidade – durante a II Revolução Industrial, foram submetendo os trabalhadores à máquina. A II Revolução Industrial teve como características, o desenvolvimento dos setores de transportes, comunicação, produção em série e, principalmente, a utilização do aço e de novas formas de energia (petróleo e eletricidade), gerando a concentração de capital e favorecendo a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista. Esses novos protótipos de produções industriais, ocasionados pela I e II Revoluções Industriais, desencadearam o acirramento da divisão social do trabalho. Nessa época, a classe trabalhadora era destituída de direitos trabalhistas e as condições de trabalho eram precárias.

No modo de produção capitalista, os detentores dos meios de produção exerciam (exercem) a hegemonia absoluta sobre as forças produtivas (meios de produção e força de trabalho), apropriando-se com exclusividade dos excedentes gerados (mais-valia) na atividade econômica. Os proprietários dos meios de produção exploram os trabalhadores pela obtenção da mais-valia, gerando a concentração de riquezas. Essa concentração de capital e do trabalho socialmente produzido resultou em tensões e lutas sociais, especialmente a luta de classes, processo analisado no livro “O Capital” (MARX, 1988).

O trabalho produzido pela classe trabalhadora era (é) apropriado pelos capitalistas e, na medida em que a força de trabalho é algo passível de compra, ela passa também a ser considerada uma mercadoria. Nesse processo, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de duração destinado à produção e à reprodução das mercadorias. Essa relação entre a compra e venda da mão-de-obra é considerada uma relação social e desencadeia a questão social. A questão social pode ser apreendida,

como o conflito suscitado entre o capital (proprietários dos meios de produção) e o trabalho (trabalhadores que vendem suas forças de trabalho em troca de um salário), bem como, as desigualdades geradas através dessa relação social, de compra e venda da força de trabalho (BULLA, 1992).

Os trabalhadores, ao disponibilizarem a sua mão-de-obra aos capitalistas, são explorados gerando a mais-valia, que perpetua a acumulação capitalista. A força de trabalho pode ser caracterizada como o conjunto das faculdades físicas e intelectuais do trabalhador que as vende à burguesia (SALAMA, 1975). Os proprietários dos meios de produção compram a força de trabalho do proletariado, em troca de salários. “[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente da sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 1968, p. 202). A mão-de-obra é vendida como mercadoria pelos próprios trabalhadores. “Ao firmar o contrato salarial [...] os trabalhadores submetem-se ao empregador, que disporá da força de trabalho alienada” (CATTANI, 1996, p. 93). O valor desse salário é definido pela quantidade de horas trabalhadas pelos operários (jornada de trabalho).

Para os capitalistas, o processo produtivo possui um valor, pois lhes são úteis, gerando a mais-valia. Esta realiza-se, quando os trabalhadores consomem mercadorias adquiridas, por intermédio de seus valores de troca, com os seus salários. Ou seja, o salário dos operários que foi gasto em mercadorias, retorna aos capitalistas, que por sua vez, acumulam mais capitais, perpetuando o sistema (MARX, 1988). A mais-valia produzida pela classe operária é apropriada pelos capitalistas que sempre tentam aumentar os seus lucros, através da intensificação da produção que não é paga – através dos salários, aos trabalhadores. Para o aumento da mais-valia, da produtividade, os capitalistas usufruem de duas possibilidades. A primeira ocorre com a mais-valia absoluta, que se subdivide em outras duas alternativas: ampliação da duração da jornada de trabalho (horas trabalhadas); e a segunda pelo aumento da intensidade do trabalho, visando à produção máxima dos trabalhadores

junto às máquinas (quase robóticos) durante a execução do trabalho (MARX, 1988). Entretanto, ambas sofrem limitações, a primeira se contrapõe à resistência física dos trabalhadores, que não teriam condições de trabalhar muitas horas consecutivas; na segunda, os operários não possuem condições de acompanhar o ritmo dos maquinários, quando muito acelerados.

A outra possibilidade de ampliação do acúmulo de capital é obtido pela mais-valia relativa, que é responsável por uma grande exacerbação da produtividade no trabalho. A mais-valia relativa é realizada a partir do uso intensivo de capital constante (maior investimento em compra de maquinários, do que em contratação da força de trabalho), ocasionando uma redução nos custos de produção e no tempo socialmente necessário para a fabricação de uma mercadoria, sem alterar o tempo de duração na jornada de trabalho (MARX, 1988). É nesse processo de intensificação da mais-valia relativa, que se reduz o tempo socialmente necessário à produção de mercadorias, que geram acumulação de capital. Assim, as máquinas aumentam a produção reduzindo a quantidade de trabalhadores contratados.

A redução da contratação de mão-de-obra suscita o desemprego. O desemprego pode ser para os proprietários dos meios de produção, uma vantagem, pois se cria um exército de reserva (muita oferta de força de trabalho) a disposição dos capitalistas, que podem escolher a mão-de-obra, de acordo com as suas necessidades de produção. Portanto, o progresso técnico reduziu a contratação da mão-de-obra. Mas se faz necessário o esclarecimento de que o desemprego é permanente no capitalismo, sendo que o investimento na mais-valia relativa só o acentua. O objetivo dos proprietários dos meios de produção é intensificar a acumulação de capital, permitindo-lhe competir com os demais capitalistas, mantendo-se no sistema e evitando a sua eliminação ou incorporação a outro capitalista e/ou grupo de maior porte. A lógica do capitalismo se sobrepõe ao processo técnico, esse último só complementa-o. O desemprego, longe de ser um fenômeno natural ou uma decorrência

pura e simples do progresso técnico é, na realidade, um fenômeno inerente ao sistema capitalista e das suas próprias contradições (MARX, 1988). Nesse trabalho, ressalta-se o significado econômico da mais-valia, pois essa acirra a desigualdade social.

Conforme Karl Marx (1818–1883) e Friedrich Engels (1820–1895), pensadores do Socialismo Científico, somente existiriam sociedades mais justas e igualitárias, quando o sistema capitalista se esgotasse e fosse substituído por outro modo de produção, que superasse a contradição capitalista. Esse outro sistema produtivo, segundo esses autores, seria o socialismo. Neste, a propriedade privada e as classes sociais deveriam ser eliminadas, gerando a propriedade social dos meios de produção. Na sequência dessas transformações, entre os modos de produção, em seu último estágio, pregavam Marx e Engels, haveria a passagem do socialismo ao comunismo, eliminando assim, as classes sociais e o Estado Burguês.

Para Marx, a práxis “está presente como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens” (GOHN, 2002, P. 176). A transformação do social por intermédio de atividades teóricas, conjuntamente com atividades políticas e/ou produtivas, constituem a práxis, que tem como base fundante o mundo do trabalho. Entretanto, para que ocorra a transformação por meio da práxis, é necessário que exista a consciência de classe. Essa consciência de classe, que Marx se refere, foi uma das condições necessárias à emergência dos movimentos sociais existentes no século XIX. As Internacionais Socialistas, organizadas pelo próprio Marx e Engels, se constituíram em movimentos de organização da classe operária. A Primeira Internacional, realizada em Londres (1824) e a Segunda Internacional em Paris (1889), fixou a data de 1º de maio como o Dia Internacional do Trabalho, em homenagem à mobilização realizada pelos grevistas em Chicago, no ano de 1886. Outros movimentos sociais emergiram no século XIX frente ao capitalismo, como forma de resistência dos trabalhadores diante do capital. No próximo subitem, serão problematizadas as transformações que ocorreram e estão ocorrendo no processo de produção e gestão que envolvem o sistema.

2. As Transformações no Processo de Trabalho desenvolvidas nos Cenários dos Séculos XX e XXI

Os Séculos XX e XXI são cenários de acentuadas transformações no mundo do trabalho, com suas respectivas implicações sociais e econômicas. Para apresentar as novas transformações que estão ocorrendo nos processos de trabalho - que têm como finalidade a intensificação da acumulação capitalista, é necessário que se introduza, o contexto social e econômico existente no Século XX - cenário originário e que permeou essas transformações. O sistema capitalista, com a finalidade de expandir a acumulação de capital, promoveu a Segunda Revolução Industrial, manifestada, principalmente, pelo binômio Taylorismo/Fordismo. Esses dois modelos predominaram no processo de industrialização, tendo sua ascensão na segunda década do século XX. Suas caracterizações estão relacionadas à hierarquização das relações de trabalho, a homogeneização das mercadorias, a produção em massa e em série (ANTUNES, 2003).

Na indústria automobilística Taylorista e Fordista, foram considerados elementos centrais à produção, a racionalização das operações, o combate ao desperdício na produção (redução de tempo), o aumento do ritmo do trabalho e da intensificação das formas de exploração pelos capitalistas (ANTUNES, 2003). Taylor, fundador da gerência científica, começou sua carreira como operário numa fábrica. A partir de suas experiências, enquanto sujeito trabalhador, dedicou-se em observar e em estudar os tempos e movimentos realizados em cada tarefa e atividade da produção. "O 'Taylorismo' ou 'administração científica do trabalho' surge como uma nova cultura do trabalho na passagem do século XIX para o século XX, nos Estados Unidos, nação que começava a despontar como potência mundial" (DRUCK, 1999, p. 41).

Para o enfrentamento do capital em relação à dependência da habilidade manual da força de trabalho, Taylor estabeleceu os seguintes princípios: dissociação dos processos de produção das especialidades dos trabalhadores; separação do

trabalho de concepção e de execução; utilização do conhecimento, para controlar cada fase da produção e o seu modo de execução (HARVEY, 1999). Através da cisão entre o trabalho intelectual e o operacional, a gerência científica racionalizava a produção, estabelecendo rigidamente os modos e tempos de produção, bem como os rendimentos da força de trabalho, colocando os trabalhadores sobre uma estrutura hierárquica de produção, em que eles eram vigiados e controlados.

O Taylorismo caracterizou-se pelo controle do capital (com o objetivo de elevar a produtividade do trabalho) sobre processos de produção, nos quais o capital dependia ainda da habilidade do trabalhador. Esse controle era efetivado através dos tempos e movimentos do trabalhador. Após as inovações dos processos produtivos de Taylor, em 1913 Henry Ford, utilizando essas inovações, criou a linha de montagem (automobilismo) e o método de produção em massa (esteira), obtendo produtos padronizados (FLEURY; VARGAS, 1983). O Fordismo, que teve seu desenvolvimento hegemônico no período pós-guerra, pôde ser desenvolvido ao fundir-se com o Taylorismo.

O Fordismo caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois, enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o Fordismo realiza isso de forma coletiva, ou seja, a administração pelo capital da forma de execução das tarefas individuais se dá de uma forma coletiva, pela via da esteira (NETO, 1991, p. 36).

Ao contrário do Taylorismo, que se baseava no rendimento individual de cada trabalhador, no Fordismo, o controle dos tempos e dos movimentos era determinado pelo ritmo do funcionamento das maquinarias. Nesse modelo, eram as máquinas (esteiras) que levavam o trabalho até os operários, eliminando assim, os tempos mortos de produção. Com esse protótipo, que desenvolveu a mecanização associada e parcialmente automatizada, o controle sobre o trabalho não precisava mais ser realizado diretamente pelo gerente, mas sim, pelos maquinários (PIRES, 1998). O Fordismo constituiu-se no processo contínuo da produção que agregou a produtividade

ao consumo, ou seja, sempre dispondo de estoque mínimo às mercadorias (Just-In-Case). Também pode ser considerado, o modelo de produtividade que separou ríspidamente o trabalho de concepção e o de execução. Esse tipo de produção ocasionou a “expansão das unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril” (ANTUNES, 1995, p. 17).

O Fordismo criou as linhas de montagem, desqualificando, parcelando e desenvolvendo atividades laborais repetitivas, prejudiciais à saúde dos trabalhadores. Tanto o Taylorismo como o Fordismo, foram modelos produtivos degradantes das condições e relações de trabalho. A ruptura entre o trabalho de concepção e o de execução foram elementos preponderantes para a alienação dos operários diante do trabalho. Porém, não se deve confundir o Taylorismo com o Fordismo. O Taylorismo se caracterizou pela racionalização científica do trabalho, eliminando os tempos mortos de produção e pôde ser viabilizado em pequenas e médias empresas; enquanto que o Fordismo envolveu uma nova organização dos processos de trabalho, através de máquinas-ferramentas especializadas, mecanização e intensa divisão de atividades laborativas, sendo que foi desenvolvido em grandes empresas com produtos padronizados (CATTANI, 2000). Esses modelos contribuíram para a exploração da classe trabalhadora no século XX.

Paralelamente ao modelo de produção Taylorista/Fordista, também no período Pós-Guerra, emergiu o modelo de Estado designado como Welfare State nos países liberais. “O Estado é chamado para arbitrar o conflito entre o capital e o trabalho” (SCHONS, 1999, p. 119). Esse modelo de Estado contribuiu para o Boom Econômico até o final da década de 1960 e “é entendido como a mobilização em larga escala do aparelho do Estado em uma sociedade capitalista, a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população” (MEDEIROS, 2001, p. 6). O Welfare State interviu no planejamento econômico, montando esquemas de transferências sociais e de distribuição de bens e serviços. Nesse período

de vigência do Welfare State e com os modelos de produção Fordistas e Tayloristas, ocorreu a massificação da classe operária, conjuntamente com a precarização das condições e relações de trabalho, fazendo com que eclodissem movimentos reivindicatórios e questionadores desses métodos de produção. Essas manifestações foram concebidas por meio de greves, boicotes e resistência ao trabalho despótico e verticalizado, oriundo do Taylorismo/Fordismo (ANTUNES, 2003).

Outros elementos, além das manifestações operárias, que constituíram a crise desses modelos produtivos foram: a queda dos ganhos de produtividade pelo capital; a abertura à concorrência internacional, caracterizada pelo processo de globalização; a flexibilização do capital; a desterritorialização e a crise do Welfare State (COCCO, 2001). A crise do Welfare State, modelo de Estado que regulava o capital e reproduzia a força de trabalho, efetivou-se pela retirada das coberturas sociais públicas e pelo corte nos direitos sociais, num processo de ajuste do Estado que visa à diminuição dos ônus do capital e do déficit público, na esquematização da reprodução da força de trabalho e das condições para a perpetuação da acumulação capitalista (NETTO, 1996). O Estado mínimo proposto pelas políticas neoliberais propõe a retirada do Estado, junto aos bens e serviços sociais públicos e não em relação ao financiamento do capital.

Nesses contextos sociais e econômicos, os governos dos Estados de capitalismo avançado, liderados por Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, implementaram uma política econômica e social embasados no aporte teórico neoliberal. Essa política econômica e social tem como medidas: o enxugamento e a redução das responsabilidades dos Estados diante das sociedades; o fortalecimento da liberdade de mercado; as privatizações de instituições e organismos estatais; a redução e a extinção do capital produtivo estatal; o desenvolvimento de uma legislação “desregulamentadora” das relações de trabalho e “flexibilizadora” dos direitos sociais; o enfraquecimento dos movimentos sindicais etc (ANTUNES, 2003).

Outro elemento preponderante que constituiu a crise do Taylorismo e Fordismo foi o processo de globalização do capitalismo. A globalização, intensificada durante a década de 1990, é constituída pela: mundialização dos mercados; dinamização do mercado mundial; acumulação flexível; liderança econômica dos grandes bancos e empresas oligopólicas; revolução tecnológica; implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais; subordinação dos países periféricos aos de capitalismo avançado (ANTUNES, 2003). Na mundialização do capital, os países periféricos são subordinados às instituições financeiras dos países de economia avançada, não possuindo condições de competir em condições de igualdade nos mercados internacionais.

Juntamente com a globalização, outro fenômeno emergiu no término do século XX, o processo de desterritorialização. Este é caracterizado pela mobilidade do capital e conseqüentemente dos trabalhadores, em escala mundial (IANNI, 1999). O trabalhador migra conforme os movimentos do capital, e este, por meio das transnacionais e/ou multinacionais, direciona-se conforme os seus interesses de aumento na reprodução e acumulação de capital.

A crise dos modelos de produção que vigoraram no Século XX e do Welfare State, o advento do neoliberalismo, a infiltração do capital nos países tidos como socialistas, a expansão da globalização, juntamente com o processo de desterritorialização, são elementos que integraram o cenário do Século XX. Diante dessas circunstâncias, iniciou-se um processo de reorganização do próprio capital, com seu sistema ideológico e político de dominação, resultando num acentuado processo de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2003). O término do século XX e o limiar do século XXI são marcados por uma profunda transformação do mundo do trabalho e seus processos produtivos.

Essa transição do Taylorismo/Fordismo ao Toyotismo também é expressa pela passagem da máquina-ferramenta, ao sistema de máquinas auto-reguladas, em que "a máquina se vigia e se regula a si mesma" (IANNI, 1999, p. 18). Com a

Terceira Revolução Industrial, intensificam-se as mais-valias relativas, que são responsáveis por um grande aumento da produtividade nos processos de trabalho. Com a revolução tecnológica, "o homem deve exercer na automação funções mais abstratas e intelectuais" (IANNI, 1999, p. 19), fazendo com que o mercado requisite constantemente um profissional mais qualificado e polivalente. Com os novos processos tecnológicos - mecanização, automação e robótica -, o capital não gera mais uma significativa quantidade de emprego, a ponto de absorver a força de trabalho disponível, pois as inovações tecnológicas intensificam a produção e racionalizam os processos produtivos.

O processo de reestruturação do capital, juntamente com o neoliberalismo, vem apresentando no aspecto econômico, porém, limitações, que estão sendo materializadas pelas crises que ocorreram nos Tigres Asiáticos (1997-1999), no México (1994-1995), na Argentina (2001-2002), e, mais recentemente, nos Estados Unidos da América, desencadeando a crise mundial em 2008 e 2009. A recessão norte-americana que está ocasionando a crise mundial possui sua origem vinculada à crise das hipotecas dos EUA, desde agosto de 2007, alastrou-se rapidamente por todo o setor financeiro da economia norte-americana e do mundo - mundialização do capital. Esse mecanismo permitiu a expansão do consumo nos EUA e no desenvolvimento da economia chinesa, entre outros aspectos.

Ainda não se tem conhecimento de quais serão as conseqüências futuras dessa crise, porém, sabe-se que ela não é equivalente a de 1929, que desencadeou a depressão econômica generalizada (FACHIN, 2008). O que está ocorrendo constitui-se numa recessão materializada pela redução na taxa de crescimento econômico, que gera desempregos, entre outros elementos. O que se sabe, entretanto, com a atual recessão mundial - advinda da crise norte-americana -, é que o protótipo neoliberal respaldado na autorregulação do mercado, na liberalização e expansão da economia em escala mundial e na não intervenção estatal nas relações comerciais, vem demonstrando sinais sérios de esgotamento,

principalmente nos EUA, no Japão e na Europa Ocidental - que possui como moeda o Euro.

Na América Latina, diante desse cenário mundial, o trabalho informal constitui-se num dos elementos que contribui para a sobrevivência dos sujeitos que estão excluídos do mercado formal de trabalho (CATTANI, 2003). Já no Brasil 32,6% dos municípios possuem mais da metade de sua população vivendo na pobreza, e a Região Nordeste possui a realidade mais alarmante, totalizando 77,1% dos municípios nessas condições.

Salienta-se ainda que, além das velhas formas estocadas de exclusão social nos países periféricos - entre eles os países latino-americanos -, designada de "velha pobreza", representada pelos pobres, miseráveis, mendigos, pedintes, indigentes subnutridos e minorias sociais (idosos, deficientes, mulheres, negros, índios), com a Reestruturação do Capital ou III Revolução Industrial, surge tanto nos países centrais, como também nos periféricos - emergentes -, outra forma de exclusão social, nomeada de "nova pobreza" (REIS, 2002). Essas novas exclusões sociais, que atingem tanto os países periféricos como os centrais, são originárias do desemprego estrutural e de suas manifestações, compreendidas como exclusão de bens e serviços, do mercado formal de trabalho, da terra, da segurança, dos direitos humanos (REIS, 2002).

Segundo os dados coletados pela PED-IBGE (Pesquisa de emprego e desemprego) entre os anos de 2002 e 2008, houve uma redução na taxa de desemprego total em todas as capitais pesquisadas, e em Belo Horizonte, chegou a diminuir 11%. Em Porto Alegre, teve uma redução de 4,7%, pois a região metropolitana de Porto Alegre, em outubro de 2008, possuía 10,6% de sua população economicamente ativa desempregada (dados para outubro de 2008). Na região metropolitana de São Paulo, os índices de desemprego correspondiam a 12,5% (outubro de 2008); na região metropolitana de Belo Horizonte, a 9,0% (outubro de 2008); na região metropolitana de Recife, a 18,9% (outubro de 2008); no Distrito Federal, a 16,0% (outubro de 2008) e, na região metropolitana de Salvador ainda há o maior índice de desemprego, em torno

de 20,4% (outubro de 2008) (ATLAS..., 2009). Já em relação à taxa de crescimento econômico no Brasil, ocorreu uma redução maior do que 3% entre os anos de 2007 e 2008. Em 2007, houve um crescimento de 7,0%, e, em 2008, com a crise mundial, o crescimento no Brasil reduziu para 3,8%.

Outra característica fundamental que se atribui ao trabalho feminino é que, para a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, faz-se necessário um nível de qualificação, que comumente é superior ao masculino, devido à desigualdade de gênero nas relações de (re) produção social e econômica. Mesmo com o fato das mulheres brasileiras terem em média um ano a mais de escolaridade que os homens, as mesmas recebem salários inferiores a eles mesmos (CAMPUS, 2008). Uma trabalhadora que possui escolaridade entre 8 e 10 anos, recebe valor semelhante ao de um trabalhador que estudou no máximo 3. Além do aspecto cultural, outro motivo que possivelmente desencadeie essa diferença salarial pode ser explicado pelo fato de os homens possuírem uma maior taxa de abandono e defasagem escolar maior do que as mulheres, e por entrarem em média com menos idade do que as mulheres no mercado de trabalho (CAMPUS, 2008).

Frente a essa realidade de desemprego tanto feminino como também o masculino, constata-se que estão sendo prospectadas novas formas ou possibilidades de geração de trabalho e renda, com vistas a incluir os sujeitos - especialmente os menos qualificados - no sistema, possibilitando uma melhoria nas suas condições de vida e conseqüentemente de seus familiares. Para isso, estão sendo pensados novos protótipos de desenvolvimento (DE PAULA, 2001) que podem ser observados sob o aspecto de que o desenvolvimento social significa desenvolvimento não-desigual e que visa à inclusão social de todos os sujeitos.

Considerações Finais

Neste artigo pretendeu-se esclarecer o modo de produção capitalista e seus processos de trabalho, durante as três Revoluções Industriais. No sistema capitalista, os proprietários dos meios de produção,

sempre visam intensificar a acumulação de capital, seja através da mais-valia absoluta, ou por meio da mais-valia relativa, reduzindo os custos de produção e aumentando a sua produtividade. O processo de acumulação e centralização de capital é inerente a esse sistema, pois deles dependem, a permanência de qualquer empreendimento no mercado, evitando sua eliminação e/ou incorporação a outro capitalista de maior porte.

Nesse sentido, este estudo propõe-se a desencadear algumas reflexões, a estudantes ou profissionais que trabalham com a questão social e suas manifestações, para serem objeto de prospecções sobre a realidade social e econômica. Diante das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho, o que será proposto aos

trabalhadores sobranes - desnecessários ao capital, que não conseguirão mais serem absorvidos pelo sistema? Será que emergirá alguma alternativa viável ao crescente desemprego? Será que não está no momento da sociedade como um todo, bem como, profissionais, refletirem seriamente sobre as "novas armadilhas" do capital? Ou será que, ao criar alternativas para atenuar as manifestações da questão social, não se está novamente deixando de prospectar mudanças, que realmente transformem a realidade, reduzindo a desigualdade social e econômica, assim como a exploração capitalista? E por último, será que a criação de alternativas de geração de trabalho e renda, além de serem fruto das próprias contradições do capital, não se constituem também, como uma forma de alienação?

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os Sentidos do Trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ATLAS na alimentação e moradia respondem pela inflação. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

BULLA, L. C. **Serviço Social, Educação e Práxis: Tendências Teóricas e Metodológicas** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Curso de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 1992.

CAMPOS; O. S. **Pobreza é menor se há equidade de gênero.** Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2955&lay=pde>. Acesso em: 13 ago. 2008.

CATTANI, A. D. **Trabalho & Autonomia.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1996.

_____. (org.). **Trabalho e Tecnologia:** dicionário crítico (org.). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. (org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

COCCO, G. **Trabalho e Cidadania:** produção e direitos na era da globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa de Emprego e Desemprego das Regiões Metropolitanas (ano de 2005).** <http://www.dieese.org.br>. Acesso em 21 de maio de 2005.

DE PAULA, J. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M. ; REIS, L. C. **Desenvolvimento Local:** dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária / Governo Federal / Ritz, 2001.

DRUCK, M. G. **Terceirização:** (des) fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

FACHIN, P. Brasil será atingido pela crise mundial. In.: IHU ON-LINE. **Revista do Instituto Humanistas**

Unisinos. São Leopoldo, ano VIII, ed. 274, 22 set. 2008.

FLEURY, A. C. C.; VARGAS, N. (org.). **Organização do trabalho:** Uma abordagem interdisciplinar. Sete casos brasileiros para estudo. São Paulo: Atlas, 1983.

GOHN, M. G. M. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** Trad. SOBRAL, A. U.; GONÇALVES, M. S. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, O. O mundo do trabalho. In: FREITAS, M. C. (Org.). **A reinvenção do futuro:** trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da Economia Política- volume I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, v. 1-2.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Feuerbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

MATTOSO, J. E. L. **A Desordem no Trabalho.** São Paulo: Scritta, p. 69 – 109, 1995.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor, Ford:** as forças produtivas em discussão. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

NETTO, J. P. **Transformações Societárias e Serviço Social.** Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 50, p. 87 – 132, 1996.

PIRES, D. **Reestruturação Produtiva e Trabalho em Saúde no Brasil.** São Paulo: Conferência Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CUT; Annablume, 1998.

REIS, C. N. **Exclusão Social:** a multidimensionalidade de uma definição. In: DESAULNIERS, J.; MENDES, J. M. (orgs). **Textos & Contextos:** perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2002, p. 123-140.

SALAMA, P., VALIER, J. **Uma introdução à economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SCHONS, S. M. **Assistência Social entre a Ordem e a “Des-Ordem”:** mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 06 fev. 2009. SITE: www.ibge.gov.br (acessado em 21 de maio de 2005).

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.